

EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E NÃO-DESCRIMINATÓRIA NOS CURRÍCULOS E NA PRÁTICA DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL 1

Karina Siciliano¹

RESUMO

Este artigo é parte de um projeto de doutorado que visa pesquisar o “acesso e progressão” das mulheres mães na universidade. Inserido dentro do escopo da pesquisa-ação embasado na metodologia da conversa (SAMPAIO,2023), das “escritas de si” e da Parrésia. (RAGO,2013) temos por objetivo investigar as prática docentes da “educação não-sexista e não-discriminatória” no contexto da sala de aula do ensino fundamental 1 e ao acesso dos docentes aos documentos oficiais como a LEI Nº 14.164 vislumbrando a possibilidade de uma ruptura com os antigos pressupostos de “colonialidade do ser, do saber e do poder” (QUIJANO,1989) e da colonialidade de gênero (LUGONES,2020). Portanto, práticas pedagógicas associadas a temática acima descrita, permitirão que futuramente as universidades sejam verdadeiramente espaços de todos e para todos, incluindo as mães acadêmicas. Mais do que uma escola não-sexista e não-discriminatória, defendemos a construção de uma escola antissexista que reflete constantemente acerca dessa temática desde os anos iniciais, de modo a construir uma sociedade mais justa e igualitária. **Palavras-chave:** educação não-sexista, educação não-discriminatória, maternidade, séries iniciais, universidade.

1 Historiadora e Mestre em Educação formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; karinassa-raiva@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Sem educação para igualdade de gênero, nunca teremos igualdade de gênero”².

O Decreto Lei nº 7.247 de 1879, definiu que as mulheres teriam direito ao acesso as universidades em todo território brasileiro. No entanto, também eram elas, as responsáveis pelo trabalho de cuidado exercido nos lares de todo país. Apesar de invisibilizado, esse trabalho é até hoje, essencial ao desenvolvimento da sociedade capitalista. O advento da Revolução Industrial, entretanto, deslocou muitas mulheres e crianças para as fábricas o que ocasionou o surgimento do movimento feminista altamente comprometido e desejoso de mudanças sociais. Sabemos o quanto a participação feminina foi fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, à medida que a submissão e o confinamento das mesmas se mostrou um forte aliado para o desenvolvimento da lógica capitalista à medida que mesmo diante de sua emancipação, nunca se tornaram livres de fato, como descreveu em uma das suas entrevistas: *“Não, não estamos emancipadas, estamos cansadas e em crise”³*, a renomada pesquisadora de gênero, Silvia Federici, busca compreender de que maneira ocorreu a inserção social das mulheres e se elas foram verdadeiramente emancipadas ou tornaram-se altamente sobrecarregadas em suas múltiplas funções. Diante disso, pensar a possibilidade de (re)ingresso dessa mulher ao ensino superior, representando mais do que a mera possibilidade de progressão de carreira mas uma nova e grande responsabilidade a ser seguida por elas, sendo que nem sempre essa nova responsabilidade é seguida de sucesso.

Refletindo sobre dados atuais, é possível encontrar uma série de pesquisas que demonstram a intensa dedicação de pesquisadores e docentes no que se refere a inserção dessas mulheres em diversos espaços, inclusive nos mais diversos setores sociais. No entanto, um dado alarmante acerca dessa temática, é descrito no novo relatório do Fórum Econômico Mundial (FEM)⁴: segundo ele, estima-se somente para o ano de 2154 o estabelecimento da conquista completa da chamada equidade de gênero, portanto faltariam cerca de aproximadamente cento e cinquenta anos para que essa conquista possa se estabelecer. Dessa maneira,

2 <https://www.elsevier.com/pt-br/connect/helena-nader-sem-educacao-para-igualdade-de-genero-nunca-teremos-igualdade-de-genero>

3 Entrevista da autora, na íntegra neste link: <https://elefanteeditora.com.br/silvia-federici-nao-estamos-emancipadas-estamos-cansadas-e-em-crise/> acesso em 22 de agosto de 2023.

4 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/diferenca-de-genero-pode-acabar- apenas-em-2154- aponta-forum-economico-mundial/Diferença-de-gênero-pode-acabar- apenas-em-2154, aponta Fórum Econômico Mundial | CNN Brasil>

penso no potencial dos professores de educação básica e na postura aliada dos mesmos junto a construção efetiva de um novo modelo de sociedade verdadeiramente justa e equalitária. Outras pesquisas apontam dados acerca da presença das mulheres na universidade, segundo afirma Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES), há vários anos, mulheres já são maioria do corpo docente do ensino superior, inclusive na pós-graduação, atingindo também o maior número de títulos de doutorado. No entanto, elas se apresentam como a minoria no quadro docente, afirmando que: “em uma década, a participação feminina entre os professores cresceu somente 1%, de 44,5% para 45,5%”⁵ é o chamado “efeito tesoura”, um fato que se explica por muitas razões que não somente associado as escolhas e gostos pessoais dessas mulheres, mas associados a questão sociais vinculado a elaboração de políticas educacionais. É notória a existência das chamadas “barreiras invisíveis” impostas, por exemplo, pelo assédio e parentalidade, fatores relacionados diretamente a desigualdade de gênero. Descrevemos a seguir, dois excelentes exemplos do chamado “efeito tesoura”: Em 72 anos de existência, o CNPq nunca contou com a presença de uma mulher à frente da sua presidência bem como apenas no ano de 2022, depois de 105 anos de existência, a Academia Brasileira de Ciência elegeu a sua primeira presidente mulher - Helena Nader⁶. Além disso podemos descrever o chamado “teto de vidro” (glass ceiling), fenômeno social relacionado diretamente as barreiras culturais organizacionais, familiares e individuais, que acabam dificultando o acesso das mulheres a posições de liderança, principalmente no que se refere aos mais elevados graus da hierarquia organizacional.

A maternidade, reconhecida socialmente por muitos como uma “dádiva exclusivamente feminina”, é objeto de estudo de muitas autoras como Perrot (2007) e Schienbinger, (2002) que contestam a prerrogativa que define os homens como Seres mais propensos e “adequáveis” à atividade científica por não possuírem a possibilidade de engravidar. Outras autoras como Patrícia Collins (2020) e Oyèrónkẹ̀Oyěwùmí (2021) descrevem a maternidade como um lugar de cuidado coletivo bem como defendem a valorização de uma História e sociedade que deslocam o eixo da análise: do eurocentrismo para um afrocentrismo de modo defender uma educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017) mesmo que infelizmente ainda conte com a presença de poderes disciplinares (FOUCAULT,1996) e dispositivos de gênero (ZANELLO, 2017).

5 <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/04/11/mulheres-no-ensino-superior-ainda-sao-minoria-apesas-na-docencia>. Acesso em 05 de setembro de 2023

6 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/academia-brasileira-de-ciencias-tem-primeira-mulher-na-presidencia-em-105-anos/>. Acesso em: 05 de setembro de 2023

METODOLOGIA

Baseada nas perspectivas dos estudos decoloniais, essa pesquisa objetiva investigar trajetória e experiências das docentes servidoras do Colégio Pedro II, partindo da análise das narrativas (auto)biográficas de cada uma delas por meio da metodologia da História oral baseada nas entrevistas semi-estruturada. No entanto mais do que uma metodologia que registra as “escritas de si”, nosso trabalho se propõe a observar a existência da Parrésia (Rago,2013). Segundo essa autora, Parrésia se mostra como um desdobramento do conceito das “escritas de si” e se apresenta como uma prática constitutiva associada a arte da existência, fundamental ao entendimento da história de vida das docentes entrevistadas, permitindo o mergulho das mesmas nas profundidades íntimas de suas experiências de modo a reinterpretá-las através do questionamento acerca de possíveis marcas deixadas em seus corpos ao longo de sua existência. Aspectos relacionados a “colonialidade do ser, do saber e do poder” (QUIJANO, 1989) e da “colonialidade de gênero” (LUGONES,2020) também serão analisados à medida que incidem sobre o corpo-território (HERNÁNDEZ,2017) dessas docentes, reconhecidas aqui como intelectuais dotadas de afetos, saberes e experiências que lhes são próprias. Ainda descrevendo os sentidos de Parrésia (Rago,2013) destacamos os escritos de Foucault acerca do que o século XIX representou, segundo ele , uma “escolha da vida como escândalo da verdade”, ao realizar uma aposta em uma vida crítica e combativa, se aproximando do que chamou de prática da militância revolucionária, com objetivo de romper com o instituído, valores e hábitos sociais e dessa maneira dialogar com a possibilidade da prática da parrésia e com o que os escritos de Foucault nos permitem refletir acerca das práticas feministas de subjetivação na atualidade. Portanto, esse conceito nos ajudar a analisar os discursos segundo o que Rago (2013) afirmou ser um possível mergulho nas profundidades íntimas de suas experiências de modo a vivenciá-las e reinterpretá-las. Um possível questionamento de marcas do poder e de violência impressas em seus corpos de modo a recusar um destino supostamente biológico. Outro caminho que optei seguir foi o escopo da pesquisa-ação baseada na conversa como metodologia da pesquisa (SAMPAIO, 2023) de modo a analisar narrativas de docente, das séries iniciais acerca dos seus sentimentos e impressões no que diz respeito ao tema da redação do ENEM 2023: *“Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”*. Procurando perceber, descrever e analisar as possíveis marcas do que Zanello (2017), denominou de dispositivos de gênero, amoroso e de maternidade. Foram realizadas conversas com as professoras de modo a compreender suas trajetórias, prática docentes, sentimentos em

relação a redação do ENEM e as possíveis possibilidades de utilização da temática na sala de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental 1.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como já explicitado, na busca por autonomia e emancipação, muitas mulheres acabaram por assumir múltiplas tarefas nem sempre simples de serem administradas. Uma série de autores nos ajudam a compreender esse processo e contribuem para nossa pesquisa. Há cerca de trinta anos, o mundo do trabalho vem passando por constantes transformações, visando a atender as novas exigências do mercado. Segundo afirmou Antunes (2010), a classe trabalhadora se tornou “mais heterogênea, complexa e fragmentada, diferente da advinda do taylorismo e do fordismo”. O conceito de trabalho, desde os primeiros escritos de Marx, em 1840, recebeu inúmeros significados, nem sempre associados aos direitos dos trabalhadores e a salários justos. Seguindo a lógica de valorização dos trabalhadores, em especial do trabalho das mulheres, Silva Federici (2017), por meio do viés da interseccionalidade, com ênfase nas categorias de classe, raça e gênero, descreve o avanço do capitalismo, condenando a escravidão dos negros e indígenas, a exploração das colônias e a subjugação das mulheres na obra *“Calibã e a bruxa”*. Ela afirma romper com o pensamento de Marx, no entanto, percebo-a como complementar à obra desse autor, à medida que oferece destaque à participação feminina no desenvolvimento do capitalismo, visto que foram essenciais à lógica de enriquecimento e de submissão, mesmo quando confinadas em seus lares exercendo o trabalho e cuidado. Segundo a autora, sem a subjugação das mulheres, o capitalismo não se sustentaria.

Pensando no século XXI, a condição da mulher enquanto aquela que contribuiu efetivamente para o sistema, é incontestável, de modo que observamos uma sobrecarga de funções exercidas por elas podendo levá-las ao adoecimento físico e mental e ou uma impossibilidade frente a administração de todas as tarefas designadas a elas. No caso das docentes sujeitas dessa pesquisa: trabalho remunerado (docência), trabalho de cuidado (maternidade, afazeres domésticos etc...) e a progressão de carreira possivelmente conquistada frente a conquista de diplomas em cursos de pós-graduação. Cabe destacar que nessa pesquisa, docentes são reconhecidas como intelectuais dotadas de saberes (NÓVOA, 1999; TARDIF, 1995), experiência (SCOTT, 1999) e afeto (LARROSA, 2002) que pensam a realidade de modo a problematizá-la desde os primeiros anos das séries iniciais. Dessa maneira, a educação é reconhecida como uma prática social, descrita por Paulo Freire (1987) e Bell Hooks (2007) como lugar de exercício da autonomia e da

prática de liberdade, no nosso caso específico, a prática de “educação antissexista e discriminatória”, não somente por meio do “empoderamento das mulheres”, mas a partir da construção de projetos em turmas e escolas do ensino fundamental da educação básica.

Uma pauta já defendida há anos e apresentada na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no ano de 1979, foi a Resolução 34/180⁷ - no Brasil, transs formada no decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002; assim como a instituição do “Dia Internacional da Educação Não Sexista” - 21 de junho. Uma outra Lei, a 14.164/21, visa à existência da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, com o objetivo da promoção de atividades sobre a Lei Maria da Penha, abordagem de conteúdos relativos aos direitos humanos, prevenção de todas as formas de violências, distribuição de material didático etc. Valeska Zanello (2018) é pesquisadora da área de “gênero, violências e subjetividades” e opera através do viés histórico-cultural, aproximando-se de Butler (2012) ao descrever gênero como “repetição estilizada de performance”, mas se distancia, à medida que pensa gênero por meio de “emocionalidades” (antropologias das emoções), e ou estabelecidas por via das “tecnologias de gêneros”, (Louretis, 1984). O conceito de “dispositivo” cunhado por Zanello (2018) se assemelha aos conceitos de Foucault, caracterizando-se por um “conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, enunciados científicos”, vinculado às três dimensões “saber, poder e subjetividade”, usado como forma de controle e de poder sobre as classes, como, no caso desta pesquisa, do “dispositivo materno” (Zanello, 2018). Esse é um dispositivo que pode atuar como forma de controle na vida das mulheres, agindo com a mobilização do sentimento de culpa associado à emocionalidade. A maternidade, ao possuir uma “capa afetiva”, apresenta-se, na maioria das vezes, como uma dádiva, quando, na verdade, pode tornar essas mulheres cada vez menos produtivas socialmente. A “qualificação profissional, por meio da aquisição de novos títulos”, é assunto recorrente em espaços ocupados por mães, como os projetos de lei em “Defesa dos Direitos da Mulher a apreciação dos Projetos de Lei n.º 1.622, de 2021; 1.151, de 2022; e 1.741, de 2022”⁸, todos a favor dos direitos das mulheres mães. Cabe salientar que apenas alguns órgãos do governo possuem planos de carreira que beneficiam o servidor. Apesar da esfera federal possuir uma Lei (nº 8.112 de 1990) que legitima um plano de carreira com aumento de níveis e salários a cada pós-graduação concluída, percebe-se, muitas vezes, uma exclusão dessas

7 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm **acesso em 31 de agosto de 2023**

8 Disponível: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2261153 acesso em 31 de agosto de 2003

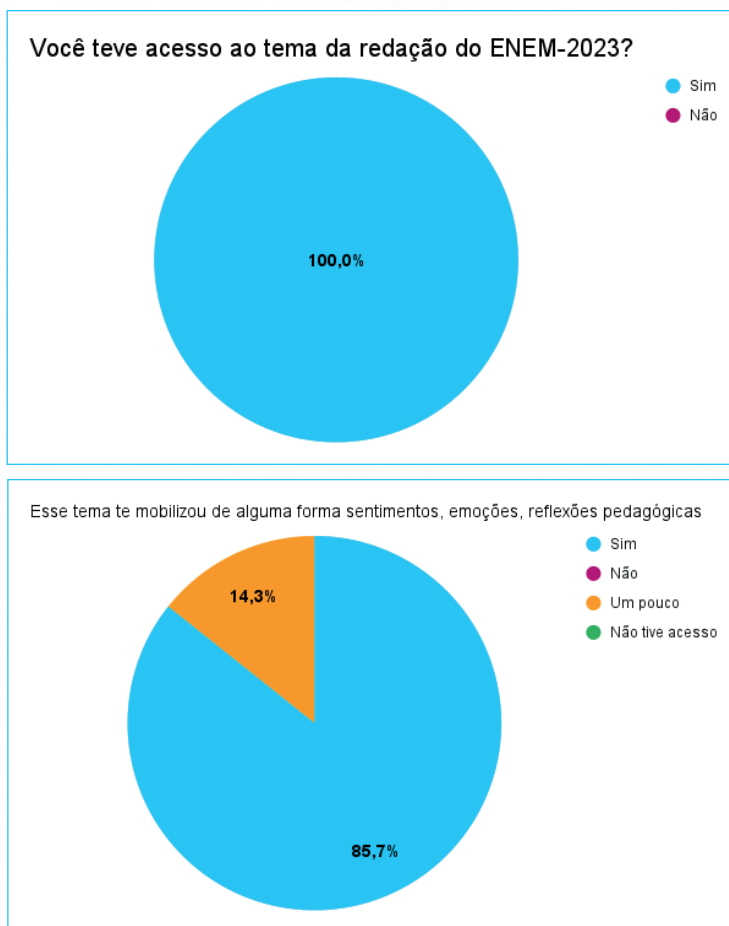
mulheres mães, no que se refere ao acesso das mesmas as progressões que lhes são de direito. Muitas vezes, essas mulheres precisam escolher entre o trabalho e os estudos, visto que a função materna, muitas vezes, não é passível de escolha. Algumas reflexões surgem medida que aprofundamos as leituras do tema: *“Seria possível que a mulher escolhesse os filhos e os estudos em detrimento do seu trabalho?!”* Talvez, caso existissem números de bolsas de estudo suficientes para todos os estudantes de pós-graduação, ou por meio da conquista de uma licença remunerada integral durante todo curso da sua pós-graduação (atualmente, as licenças concedidas, na esfera federal, ocorrem apenas durante o tempo de conclusão do curso).

Não basta ocupar as universidades, as mulheres precisam estar amparadas por políticas públicas de educação e de saúde que as permitam ocupar esses espaços de forma plena. As últimas décadas contaram com a criação de grupos sobre parentalidade, como “Parent in Science”⁹, e projetos de lei como o 2260/2022, que defende a prorrogação de prazos nos casos de maternidade, de paternidade e de adoção. Dito isso, pretendemos analisar os documentos oficiais à luz da teoria pós-colonial, partindo da desconstrução de conceitos relacionados à colonialidade como forma pensar a educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017). No entanto acredito que as próximas gerações aprenderem na escola que é responsabilidade de todos a administração e gerência da casa e dos filhos etc...

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado desse trabalho será explicitado abaixo bem como algumas discussões serão iniciadas e descritas brevemente. Foi realizada uma conversa individual com 7 professoras dos anos iniciais do Colégio Pedro II. O gráficos abaixo irão refletir alguns dados importantes acerca das respostas. Como já foi explicitado, a redação do ENEM de 2023 abordou uma temática muito similar ao que nos propusemos a analisar nessa pesquisa, portanto ela serviu de motivação para iniciar a conversa com as docentes.

9 <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em 05 de setembro de 2023.



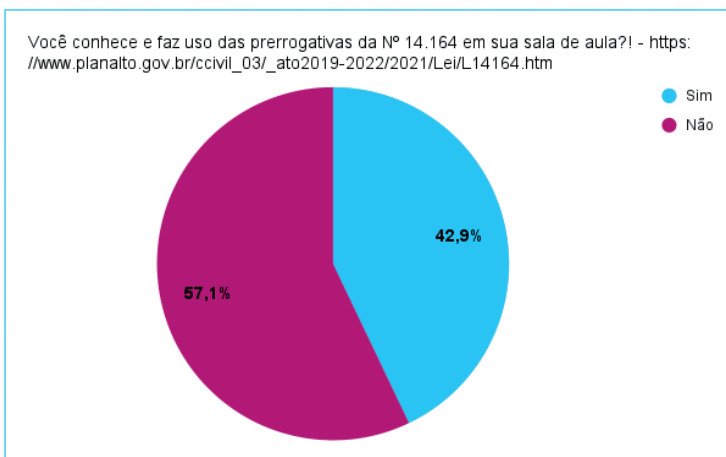
No que se refere aos sentimentos mobilizados, percebemos que algumas professoras facilmente expõe suas experiências bem como tentam explicar de que maneira as narrativas e os relatos dos professores ilustram e contextualizam a realidade do século XXI

“Sempre coloco essa invisibilidade na rotina para minha f Família! Além do trabalho, o ter que dar conta dos filhos da casa. Sempre saber o que tem ou o que não tem em casa... E acharem que é normal. Percebo que estão observando também, já mudaram bastante, mas ainda é necessário muita atenção e desconstrução. Os afazeres domésticos fazem parte da rotina de todos que moram dentro de uma casa e precisa ser reconhecido e exercido por todos.”

Quando perguntadas a respeito das três palavras que melhor sintetizam e resumem a temática do ENEM, muitas delas se repetiram e as que mais apareceram foi: *“urgente, necessária e importante”* Uma outra pergunta direcionada as docentes, foi referente a Lei 14.164/21¹⁰ e a importância da divulgação da *“Semana*

¹⁰ [L14164 \(planalto.gov.br\)](http://L14164.planalto.gov.br)

Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, visando a promoção de atividades sobre a Lei Maria da Penha, abordagem de conteúdos relativos aos direitos humanos, prevenção de todas as formas de violências, distribuição de material didático etc. Quando perguntadas acerca do conhecimento e aplicabilidade dessa lei em sala de aula, tivemos as seguintes respostas:



As professoras relataram várias formas de abordagem da temática, seja para com crianças de 1º e 2º anos, quanto para alunos de 4º e 5º ano. Irei destacar abaixo algumas respostas e abaixo seguem relatos de professoras de primeiro e segundo ano:

“Com crianças pequenas busco demonstrar que todos somos capazes de contribuir nos afazeres da casa. Que não existe coisa de menino ou de menina é que precisamos ajudar sempre. Reconhecer e valorizar as pessoas que vivem conosco além disso respeitar o direito do outro como queremos que nos respeitem. Especialmente para as meninas: elas têm voz e capacidade de se colocarem”

Pelos relatos podemos perceber que é possível trabalhar a questão em sala de aula, independente do segmento dos alunos. Abaixo seguem dois relatos de atividades com alunos de 4^o e 5^o anos.

“Nas aulas de história também debatemos o silenciamento das mulheres, mesmo com mulheres incríveis que foram fundamentais para a história do país e trazemos exemplos de biografias dessas mulheres como: Aquilone, Dandara dos Palmares, Maria Felipa, Carolina Maria de Jesus”

“Sugiro que os alunos façam pesquisas sobre diferença Salarial, posições que são ocupadas por homens e mulheres, em empresas, quais as profissões mais escolhidas por mulheres e homens, heróis e heroínas... A partir daí, montar um quadro comparativo, criar tabela e um texto informativo. Seria um conteúdo facilmente trabalhado em turmas de 4^o e 5^o anos”.

Sobre a definição do conceito de educação antissexista quando professores são perguntados acerca do que significa educação antissexista para eles, eles acabam por tentar defini-lo de modo a contextualizá-lo com a seu cotidiano e ou as marcas diversas advindas do processo histórico mundial.

“Uma educação voltada para o combate das formas de discriminação baseada no sexo e no gênero. Um conjunto de práticas, vivências e reflexões que enfrentem o sexismo em todas as esferas da sociedade. Que combatam: o machismo; a diminuição e a desqualificação da mulher, dentro de casa e na sociedade; o preconceito; os abusos e violências contra as mulheres etc.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto ao analisar as narrativas e experiências dessas docentes através do viés da interseccionalidade pretendemos pensar políticas públicas e políticas educacionais baseadas na prática da autonomia (FREIRE,1996) e na prática da liberdade (HOOKS, 2017). Estudiosa do tema, FEDERICI (2018), em um de seus artigos¹¹ contestou a existência de uma “emancipação feminina” visto que na realidade, o que existe é uma “sobrecarga feminina”, que pode vir a ser reduzida a partir do instante que as tarefas passam a ser divididas com as demais pessoas que convivem com essas mulheres. Portanto é com debates acerca da temática da “economia do cuidado” que poderão acelerar processos como o da “equidade

¹¹ Entrevista da autora, na íntegra neste link: <https://elefanteeditora.com.br/silvia-federici-nao-estamos-emancipadas-estamos-cansadas-e-em-crise/> acesso em 22 de agosto de 2023

de gênero”. Dessa maneira, a escola e seus profissionais podem e devem construir uma escola antissexista que contribua para construção de uma sociedade mais justa e equalitária de modo a acelerar esse processo tão necessário e importante.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BADINTER, B. E. **Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade (4ª edição).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2012

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). São Paulo: Edições

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses - O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, pp.206-242.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas.** Jan/Fev/ Mar/Abr 2002. Nº 19.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

_____. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa* [online]. 2008, n.9, pp.73-102.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, J. F., Ferreira, A. M., & Moraes, K. N. (2015). A política e a cultura de inovação na educação superior no Brasil. In A. M. Catani, & J. F. Oliveira (Ed.), **Educação superior e produção do conhecimento** (p. 127-164). Campinas, SP: Mercado de Letras.

OYĒWŪMÍ, O. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. tradução wanderson flor do nascimento. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of World Systems - Research.** Vol. XI, n.2, 2000, pp.342-386.

RAGO, M. **A aventura de contar-se - Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade.** São Paulo: Editora UNICAMP. 2013

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários:** elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1999. (mimeo).

SAMPAIO, S. **Conversa como metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ayvu editora, 2023.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C.de S; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos** - Cultura e processo de subjetivação. Curitiba: Appris editora, 2018.